



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0001009775

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000869-20.2015.8.26.0066, da Comarca de Barretos, em que é apelante/apelado JOÃO BATISTA RIBEIRO DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados/apelantes LUIZ CARLOS AGOSTINHO (JUSTIÇA GRATUITA) e LUIZ CARLOS AGOSTINHO JUNIOR (JUSTIÇA GRATUITA) e Apelado COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento aos recursos, com observação. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente) e MORAIS PUCCI.

São Paulo, 29 de novembro de 2019.

MELO BUENO
Relator
Assinatura Eletrônica

COMARCA: BARRETOS- 3ª V. CÍVEL

*APTE (S) /APDO (S): JOÃO BATISTA RIBEIRO DOS SANTOS; LUIZ CARLOS AGOSTINHO JUNIOR
E OUTRO*

APELADO (S): COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL

JUIZ (A): HELIO ALBERTO DE OLIVEIRA SERRA E NAVARRO

VOTO Nº 45969

ACIDENTE DE TRÂNSITO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS – Legitimidade de parte passiva – Responsabilidade solidária do proprietário pelos danos causados a terceiro – Ilegitimidade passiva da concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica – Não comprovação do nexo de causalidade – Motorista embriagado que perde o controle da direção e colide com poste – Impacto que rompe cabo de aço e atinge o autor - Danos morais caracterizados – Proporcionalidade e razoabilidade – Observância – Dano estético – Não demonstrado – Reparação indevida - Ação extinta em face da CPFL e parcialmente procedente em relação aos demais réus – Recursos desprovidos, com observação.

Recursos interpostos contra a r. sentença de fls. 307/319 que julgou extinta, sem resolução do mérito, a ação de indenização por danos materiais, morais e estético, fundada em acidente de trânsito, em face da ré CPFL e parcialmente procedente em relação aos demais réus. Os réus aduzem, em síntese, cerceamento de defesa, indispensável produção de prova oral; ilegitimidade passiva do réu Luiz Carlos A., vez que não autorizou a utilização do veículo; requer a redução da indenização por danos morais (fls. 321/342). Por sua vez, o autor igualmente alega a ocorrência de cerceamento de defesa; legitimidade passiva da ré CPFL, vez que é responsável pela manutenção do poste de

sustentação do cabo de aço que quase decepou seu pescoço (art. 37, §6º da CF); evidente o dano estético, passível de indenização em valor não inferior a 300 salários mínimos; necessidade de majoração da indenização por danos morais ao valor equivalente a 300 salários mínimos (fls. 343/356).

Os recursos foram processados, com resposta da ré CPFL a fls. 359/364, do autor a fls. 365/373 e dos réus Luiz Carlos A. e Luiz Carlos A. Junior a fls. 374/381. Determinada a regularização do preparo recursal (fls. 417), sobreveio apresentação dos documentos de fls. 420/427, que demonstram a precariedade da situação financeira do réu Luiz Carlos Agostinho, motivo pelo qual, o benefício requerido foi deferido.

É o relatório.

Cuida-se de ação de reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito ocorrido em 15/06/2014, por volta das 6h20min. Por ocasião dos fatos, o réu Luiz Carlos A. Junior, que conduzia seu veículo em alta velocidade e embriagado, perdeu o controle e bateu fortemente em um poste de iluminação pública e com o impacto um cabo de aço de sustentação do poste se rompeu e cruzou a pista de rolamento, momento em que o autor transitava com sua motocicleta, causando-lhe grave ferimento em sua boca e pescoço. Atribui culpa pelo sinistro aos réus por imprudência, negligência e imperícia, pretendendo, por isso, o pagamento de indenização pelos danos materiais (a serem oportunamente aferidos em razão da continuidade dos tratamentos) e danos morais e estéticos (estimados em 600 salários mínimos).

A ré CPFL, em sua defesa, alega ser parte ilegítima para compor o polo passivo; que os danos foram causados por culpa do impacto do veículo conduzido pelo réu Luiz Carlos A. Junior; ausência de nexo de causalidade; que os cabos que atingiram o autor são de telefonia e não de energia elétrica.

Por seu turno, o réu Luiz Carlos A. também invocou a ilegitimidade passiva, na medida em que não autorizou a utilização do veículo pelo seu filho. Já o réu Luiz Carlos A. Junior atribuiu a culpa pelo sinistro à concessionária ré, vez que o cabo que se desprendeu após o choque estava mal instalado, em situação de risco; que se utilizou de artimanha para utilizar o veículo de seu pai; nega que estivesse embriagado.

Nos termos da r. sentença recorrida, a presente ação foi extinta em relação a ré CPFL e julgada parcialmente procedente em relação aos demais réus; Em razão da sucumbência recíproca, o autor arcará com 40% das despesas processuais e os réus com o restante; os honorários advocatícios foram fixados em 10% do valor da condenação, observada a mesma proporção.

De início, não se verifica o alegado cerceamento de defesa, ante a suficiência do conjunto probatório à conclusão do julgado, cabendo ao juiz indeferir as diligências inúteis, protelatórias e irrelevantes à solução da demanda (artigo 370 do CPC).

Outrossim, pacífico na jurisprudência o entendimento de que, em se tratando de acidente de trânsito, o proprietário do veículo responde de forma solidária com aquele que o conduzia no momento do sinistro, pelos danos causados a terceiro. Pois, a responsabilidade pelo fato da coisa decorre da razão precípua do evento nocivo, através do uso e da fruição, por qualquer meio, mesmo que não tenha havido a interferência ou o comando direto do dono. Nesse sentido, confira-se o entendimento da C. Corte Superior:

“AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO. CULPA IN VIGILANDO. CONDENAÇÃO DIRETA DA SEGURADORA QUE ACEITOU A DENÚNCIAÇÃO. OBSERVÂNCIA.

1. (...)

2. O proprietário é responsável pelos danos causados por terceiro na condução de seu veículo, pois "sua culpa configura-se em razão da escolha impertinente da pessoa a conduzir seu carro ou da negligência em permitir que terceiros, sem sua autorização, utilizem o veículo" (AgRg no REsp 1519178/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 8.8.2016). (...)”¹.

Portanto, o réu Luiz Carlos A. é parte legítima para figurar no polo passivo, devendo responder solidariamente pelos danos causados ao autor.

Por outro lado, de rigor a manutenção do reconhecimento da ilegitimidade passiva da ré CPFL. Pois, malgrado a responsabilidade da concessionária seja objetiva (CF, art. 37, § 6.º) e, por esta razão, independe da comprovação de culpa ou dolo para sua caracterização, é imprescindível a comprovação do nexo causalidade entre sua conduta omissiva, quanto à conservação do poste, e os danos sofridos pelo autor, pressuposto essencial à reparação pretendida, o que não se verificou na espécie. Ademais, o documento a fls. 139 demonstra que o cabo de aço que lesionou o autor desprende-se de um poste de telefonia.

Superados estes pontos, passa-se ao exame do mérito.

Com efeito, pelo conjunto probatório e pela dinâmica do ocorrido, manifesta a culpa do réu Luiz Carlos A. Junior pelo acidente, ao dirigir em alta velocidade e embriagado, vindo a perder o controle da direção e colidir com o poste, que devido ao impacto teve rompido cabo de aço de sustentação que acabou por atingir o autor, que seguia regularmente pela via.

Os danos sofridos são evidentes, assim como não há

¹ AgInt no AgInt no AREsp nº 982.632-RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, 3ª Turma, j. em 12/06/18, DJe de 22/06/18.

dúvidas de que tenham sido decorrentes do acidente "*sub judice*". E, a fim de dirimir a controvérsia a respeito da extensão dos danos físicos experimentados pelo autor, determinou-se a realização de prova pericial (fls. 292/299), na qual se destacou que “o periciando foi vítima de traumatismo cervical em 15/06/2014 com lesão traqueal direita e lesão de plexo branquial bilateral, mais evidente à esquerda, com necessidade de tratamento cirúrgico em 2 ocasiões. Evoluiu com paralisia de corda vocal e dispneia aos moderados esforços e redução discreta de força muscular do membro superior esquerdo, demandando fisioterapia motora e fonoterapia (...); **concluindo-se** “fica caracterizada uma incapacidade laboral parcial e permanente, com restrição para a realização de atividades que demandem esforço físico” – fls. 297.

Posto isto, verifica-se que a indenização por danos morais foi fixada de forma criteriosa (R\$35.000,00), considerando a aflição e sofrimento decorrente do afastamento do autor de suas atividades sociais e laborais, em razão das lesões deixadas pelo acidente, não merecendo, portanto, a alteração pretendida pelas partes. Quanto aos danos estéticos, não restaram comprovados, aliás, como bem ressaltado pelo d. magistrado “**nada esclarece acerca de eventual problema físico visível configurador de aleijão ou deformidade aparente que cause repulsa a quem o vê e, portanto, poderia configurar os alegados danos estéticos. Também não cuidou o requerente de trazer aos autos uma única fotografia demonstrando sua aparência física atual, o que poderia confirmar tenham ocorrido esses danos**”.

Deste modo, a r. sentença recorrida não comporta modificação, cuja manutenção pelos seus próprios fundamentos é medida que se impõe. E, por força do art. 85, §11, do CPC, os honorários advocatícios devidos ao(s) advogado(s) do autor são majorados a 15% sobre o valor da condenação, observado o disposto no art. 98, §3º, do CPC.

Ante o exposto, **nego provimento aos recursos, com observação.**

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator